

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

XIII ENANCIB 2012

GT1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**Questões Epistemológicas sobre o Aspecto Ontológico-Fenomenológico da Informação:
a Intencionalidade e a Representação.**

Comunicação Oral

Robson de Andrade Gonçalves – USP

Marcos Luiz Mucheroni – USP

mucheroni.marcosl@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta e discute alguns aspectos fundamentais na análise epistemológica da informação quanto a questão da intencionalidade e da representação, sob o aspecto ontológico-fenomenológico da informação. Este aspecto foi importante na construção do pensamento sobre a fenomenologia e o ser, tanto em Husserl como em Heidegger. A partir de estudiosos dos dois filósofos como Safranski e Lévinas, a análise crítica epistemológica da Ciência da Informação se complementa com a crítica de Adorno à objetivação das ciências que remete a o distanciamento do ser nas pesquisas científicas da informação.

Palavras-chave: Informação; Aspecto Ontológico-Fenomenológico da Informação; Intencionalidade; Representação; Epistemologia.

Abstract: This paper presents and discusses some key issues in the epistemological analysis of information regarding the issue of intentionality and representation, in terms of ontological-phenomenological information. This was important in building on the phenomenology of thought and being, both Husserl and Heidegger on. From two of the scholars and philosophers such as Levinas and Safranski, analysis epistemological critique of Information Science is supplemented with Adorno's critique of the objectification of science that refers to the detachment of the being in scientific research information.

Keywords: Information; Ontological-Fenomenological Information; Intentionality; Representation; Epistemology.

1 Introdução ao conceito Ontológico-Fenomenológico

A epistemologia, em cuja origem etimológica encontramos “Estudo crítico das várias ciências” (BUENO, 1963, v. 3, p.1165), é o eixo que justifica a análise do tema abordado. A visão crítica é a que move o conceito ontológico-fenomenológico que trata a informação na relação do ser com o mundo. O ato de informar é tomado como um processo que depende do outro, daquele que *ob-jeta* o sujeito, mas também pode ser sujeito, ou ainda além, é uma ação derivada de um sujeito. *Dar forma ao espírito* é a origem etimológica do conceito primário de informação que, ao ser retomado, apresenta-nos uma nova forma de se desvelar a questão epistemológica central da Ciência da Informação, a saber, o que é o conceito de informação, ao ponto de ser necessário reestruturarmos a nossa visão de mundo como uma possibilidade de transformação.

A questão ontológica está na urgência de uma retomada ao ser, visão esta distanciada na história da filosofia ocidental e em suas disciplinas descendentes como a Sociologia e Psicologia. A ontologia clássica, sedimentada por Kant, foi questionada por Heidegger com a intenção de compreender o ser como movimento, com o dinamismo da relação entre sujeito e objeto que não são conceitos separados em si ou que estabelecem uma relação de *para-si*, como pensava Kant. O sujeito transcendental cai por terra ao ponto que o sujeito só se faz como tal na relação com o outro. Nesse sentido, destituímos a centralidade do discurso para um sujeito. Aquele que é dono da *verdade* se dissolve no *in-formare* que, segundo a raiz etimológica da palavra Informação, significa dar forma ao espírito, sendo este não o espírito da ontologia clássica de Kant, mas o sujeito que se faz no mundo, em sua relação histórico-cultural, na consideração do tempo, da psiqué de cada indivíduo em questão, ou seja, da *multiplicidade* do ente.

A relação entre sujeito e objeto historicamente firmou toda a ontologia clássica na filosofia. No século XX, essa separação se dissolveu e deu origem a uma nova ontologia que Heidegger descreve e explicita em seu denso trabalho *Ser e Tempo*, de 1929. Os estudos de Heidegger mostram o distanciamento ontológico que ocorreu na história da filosofia desde os gregos. O ser não era considerado nos estudos sobre o homem e em sua relação com o mundo. O conceito de ser para Heidegger situa-se no *Dasein*, que não cabe aqui ser discutido em pormenores, mas fomenta as bases para a fenda crítica da epistemologia das Ciências Sociais. O Ser-no-mundo é o conceito chave que se relaciona com o *Dasein*, o qual se optou por não traduzir, e designa a presença do ser no indivíduo (ente) numa superação das clássicas ideias

de sujeito e objeto em que se encontra no mundo. Em tudo há historicidade, cada elemento, cada ente possui uma história e, nesse sentido somente, podemos conhecer¹ pela visão de mundo do Homem. Considerar a historicidade e suas particularidades é entender que a nossa compreensão de mundo se dá nele mesmo, e na multiplicidade de aparências que o mundo se constrói a nós.

A objetivação, consequência ardorosa das ciências desde o século XIX, reduz a dinâmica do Ser-no-mundo em métodos, conceitos definidos e univocidade de saberes. Caímos em contradição quando pensamos a informação na direção contrária a do Ser-no-mundo, ou seja, quando esquecemos que a relação entre os seres é o fundamento para a descoberta, para o conhecimento e para o espírito, e que este pertence e está no mundo ganhando as formas daquilo que se apresenta aos nossos sentidos e pensamento.

A fenomenologia é o *método* que trata essa ontologia que busca o fundamento do ser no seu movimento, na relação com o mundo.

A expressão 'fenomenologia' significa, antes de tudo, um conceito de método. Não caracteriza a quiddidade² real dos objetos, mas o seu modo, o *como* dos objetos. Quanto mais autenticamente opera um conceito de método e quanto mais abrangentemente determina o movimento dos princípios de uma ciência, tanto maior a originalidade em que ele se radica numa discussão com as coisas elas mesmas e tanto mais se afastará do que chamamos de artifício técnico, tão numeroso em disciplinas teóricas. (HEIDEGGER, 2009, p.66).

Para questões epistemológicas, adotamos o ponto de vista fenomenológico a fim de compreender ontologicamente o conceito de Informação distanciando de definições objetivas, pois o este conceito escapa ao intento do latim *definire*, que significa dar fim (BUENO, 1963). A Informação deve ser vista pela ciência que a estuda no sentido de compreender os seus desdobramentos e complexidades em relações não quantificáveis tecnicamente. Métodos já construídos se opõem à multiplicidade do conceito de informação. Muitas saídas teóricas conduzem à materialização do conceito, aplicação de métodos estatísticos e de inferências lógicas determinadas.

Quando em 1892, Paul Otlet e Henri La Fontaine uniram esforços no sentido de criar o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), o objetivo principal de ambos era o de reunir toda a informação registrada, portanto não estavam em causa quaisquer suportes, livros ou aspectos da tecnologia. O que estava em causa era a Informação tomada como primário

¹ Conhecer tem aqui o sentido de sua expressão etimológica *cognoscere*, nascer junto, ou seja, remete a um processo de alteridade na relação com o outro e o mundo.

² Quiddidade: A essência de uma coisa; qualidade essencial.

sentido em sua definição, ou seja, era um conceito geral, transcendente a materialidade, porém atrelada diretamente a ela.

O que mais tarde veio a designar-se como documentação e se tornou uma noção com características intrínsecas, segundo alguns autores, foi o “[...] âmbito à organização e tratamento de registros informativos em diversos suportes, necessários, sobretudo, à investigação científica e técnica.” (SILVA, 1998, p. 27) e a partir deste momento conceituou-se como Ciência, todavia, relativamente a questão científica e técnica como esclarece o autor.

Esse momento de cisão entre a Informação e a Documentação é um fato importante, não datado, porém conceituado historicamente. É preciso perceber ainda as divergências entre os dois conceitos, que logicamente, não devem se distanciar, ou mesmo criar barreiras entre um e outro. Ambos os conceitos em sua relação e análise são profundamente pertinentes e complexos.

No caminho de construção epistemológica da área um importante artigo datado de 1968, pelo autor Harold Borko, chamado *Information Science – What is it?* reformula a definição que saíra das conferências dos anos 1960, e vai descrever a Biblioteconomia e a Documentação como componentes aplicados da Ciência da Informação. O importante desta vertente chamada de “americana” foi o foco prático em torno do “objeto” da Ciência da Informação e a delimitação do seu campo científico criando nova dualidade “informação x objeto”. As questões epistemológicas começam a surgir.

Numa vertente ibérica, o objeto volta a ser o documento, no dizer de uma conceituada autora:

“[...] seu caráter de meta disciplinar ou de interdisciplinar tem seu apoio em outras ciências para também transcendê-las para então se desenvolver como ciência própria, além do que esta pretensa ciência não tem um objeto exclusivo, do qual pensamos no Documento ou na Informação. Nossa ciência se ocupa de alguns aspectos e não de todos.” (BRAVO, 2002, p. 17, tradução nossa).

A vertente espanhola, por exemplo, opta também por uma Ciência da Documentação, que recorta alguns aspectos possíveis de se trabalhar na prática, seja profissional ou de pesquisa, sendo que ambos se complementam mutuamente. Porém, a questão base da epistemologia ainda perdura; a Informação pode ser um objeto? Como uma ciência pode apropriar-se de um conceito e estudá-lo a fim de um desenvolvimento humano e social?

Esses aspectos científicos ainda guardam uma contradição, pois uma coisa é estudar ou investigar a informação dentro de limites puramente acadêmicos ou formais, outra mais

abrangente, é *in-formar* ou pensar Informação como ação sobre a vida, na construção sobre o sujeito, o cidadão, aquele que realmente na prática cotidiana, tem o direito de informar-se.

Compreender o ser a partir do método que se constrói assim como o caminho é caminhado, sintetiza o pensamento Ontológico-Fenomenológico da Informação. É um convite a uma nova teoria que possui diversos desdobramentos de discussão teórica e de impressões da prática.

Lidar como o ser implica em ter contato direto com as pessoas, com a comunidade e com aqueles que detêm o direito de informar-se, também como questão política e social, ao ponto que denominamos de cidadão o indivíduo que detém os direitos e deveres numa sociedade. O *Ethos* é o conceito principal quando questionamos o viés social da informação, o poder de transformar. Informar-se é deter a potencialidade de transformar o meio, pois estamos sempre em relação. Esta, portanto, é condição *sine qua non* da essência do Ser-no-mundo e do caminho dos fenômenos em que a informação se dá no espírito.

3 A Intencionalidade e Representação

Edmund Husserl (1859-1938), o dito pai da Fenomenologia cunhou o termo intencionalidade em seus estudos sobre a consciência e o conhecer. Abordamos esse conceito como de suma importância para a compreensão do ato informativo, pois *in-formar* está intimamente ligado ao conhecer como ato designado e como fenômeno. O projeto de Husserl trata de trazer à tona na filosofia, o pensar *as coisas elas mesmas*. Voltar às coisas elas mesmas é uma máxima do filósofo que corresponde à negação de um sujeito transcendental de Kant e de toda ontologia clássica. O compreender se dá na relação entre o sujeito e o mundo, não numa relação *para-si*, como descrevera Kant.

O *para-si* de Kant é a expressão daquilo que não habita o sujeito, este que transcende ao tomar conhecimento das coisas. Para Husserl, somente na relação dos objetos com o sujeito é que se pode pensar numa subjetividade e simultaneamente numa objetividade. O contato com o sujeito e objeto já tornam esses conceitos abstratos e o que, portanto, há de valer, é o processo entre aquele que conhece e o conhecido. Reformula-se a ontologia pelo conceito de *presença*. É na presença do fenômeno que se constitui o saber e este por sua vez é munido de intenção, que remete a uma *situação*. O situar-se se mostra profundamente particular remetendo a um momento, ao velado, ao não aparente. Objetivar o não aparente é um erro lógico, entretanto, este não se destitui de objetividade. O que está representado a nós não é um *ob-jeto*, ou seja, que está oposto ao sujeito completamente, mas sim, resultado de

uma intenção que corresponde a uma consciência de algo. Este “algo”, também visto como objeto é parte do processo e está arraigado àquele que conhece, ou seja, o sujeito.

Nisso, o conceito de representação, que se dá como um clarão a nossa frente, totalmente externo àquele que sente o arder dos olhos, se desconstrói. O ato de representar, ideia fixa às ciências que trabalham com signos e dados, por um ponto de vista universal, é essencialmente derivado de uma relação do sujeito cognoscente, que por sua vez se afirma como sujeito na relação intencional com as coisas elas mesmas.

Consciência é sempre consciência de alguma coisa. [...] A consciência não tem um ‘dentro’; ela é o ‘fora’ de si própria. Quando mergulhamos suficientemente fundo na consciência, sem querer estamos outra vez junto das coisas fora, somos ‘lançados para fora’, para junto delas, diz Jean Paul Sartre. (SAFRANSKI, 2005, p. 109).

A partir desse conceito de consciência, podem-se trazer à luz diversas elucidaciones. Primeiramente, a própria ideia de consciência de Husserl que nos remete ao dar forma no espírito, ou seja, ao informar-se. Não há uma identidade com o informar e o estar consciente, porém é pertinente dizer que é necessário ter consciência para informar-se. O prefixo *in* que remete ao sujeito, aquele que detém um espírito, perde-se na relação com o mundo e é trágico para fora sempre que um pensamento lhe vem à mente. A total abstração é impossível ao ver de Husserl. Como podemos pensar no *eu* puro ou destituir de todo contato com o mundo e com o *fora* descrito por Safranski? A toda vez que tentamos tal projeto somos lançados para fora, portanto o *in* de informação constitui-se como um sujeito, porém reconicionado a sua relação com o mundo, não como *eu transcendental*. Husserl descreve esse processo como o *não-eu*, ou no original em alemão, *Ichlos* (SAFRANSKI, 2005).

A relação entre sujeito e objeto se reconfigura com Husserl e ainda mais com Heidegger, quando este coloca o ser como questão fundamental para se compreender o conhecer. Heidegger não segue todos os passos do mestre da fenomenologia e acaba compreendendo a transcendência como fator essencial ao encontro da Verdade e do Fundamento. Transcender significa modificar e ser modificado. O termo usado por Heidegger é *ultrapassar* (HEIDEGGER, 1983) direcionando este conceito no sentido que, por ser uma relação mútua e indissociável de sujeito e objeto que se perfazem no caminho do fenômeno, a resultante desse processo é a possibilidade de uma ultrapassagem de ambos, em que o ser do ente não é mais o mesmo e afirma assim a sua dinamicidade, tal qual o objeto. Pode-se utilizar outra tradução, como exemplo, emancipação.

Portanto, emancipar-se somente se dá na relação com o mundo, quando o ser se afirma como tal no fenômeno. Compreender esse processo requer despir-se de métodos incrustados,

fórmulas gerais e gerar o método a partir da própria condição de que o caminho se faz caminhando. Pensando em uma comunidade de cidadãos, como podemos analisar a sua forma de informar-se? Questionários e métodos ali não trariam verdades, mas algumas certezas. A construção da ciência social positivista se deu na constatação de certezas pragmáticas, resultados e dados palpáveis, como números e respostas com pretensa neutralidade. A ideia de certeza aqui é uma validação do método pelo próprio método, o que não corresponde ao conceito de verdade, como analisa Heidegger em sua conferência *Sobre a essência da Verdade* (HEIDEGGER, 1983).

No âmbito da representação, pensemos no conceito de *dar forma*, ambas intrinsecamente ligadas e que não se operam como entidade autônoma perante o sujeito, mas como resultante do processo de desvelamento³ do ser, constituinte de uma relação entre sujeito e objeto que se dinamizam, escapa à quantificação e resultam em uma investida dotada de intencionalidade, ou seja, uma troca com o Outro que não se imobiliza (LÉVINAS, 1998). Ainda considerando esse ponto importante, percebemos que intencionalidade e representação estão intrinsecamente conectadas. Toda representação detém intenção, o que caracteriza uma complexidade de situações em cada objeto representado. Indo mais além, quando pensamos então numa representação da representação, em outras palavras, os metadados, analogias lógicas de um ente, percebemos uma expansão ainda maior do conceito, contrário ao caminho objetivador e redutor.

Considerar o tempo, a cultura, a língua, a *psiqué* daquele que se informa é primordial para o começo de um caminho epistemológico concreto. Pensar a concretude das experiências do conhecimento, munidas de intencionalidade, sensações, temporalidade. É o saber vivo que se registra em documentos, por exemplo. Documentar não extingue a vida que ali lhe derivou. O representado remete sempre a um *a priori* de ação humana, política, uma particularidade em um contexto. O termo contexto, largamente utilizado, foi objetivado como um *locus* geral em que se amontoam todas as características de uma representação, ou mais faticamente, um documento. A amplitude do termo *contexto* escapa às objetivações, não se pode defini-lo em um campo somente.

Ainda mais profundamente sobre o complexo tema da representação, Safranski desenvolve o seguinte raciocínio:

³ Conceito grego *Alethéia*, utilizado por Heidegger para designar o desvelamento, ou seja, o momento em que o ser descobre-se e é descoberto no processo do conhecer, do qual caem os véus que dissimulam o conceito de Verdade.

Vejo uma árvore. Quando percebo minha percepção da árvore, noto que confiro à árvore percebida o índice *real*. Mas se eu apenas imaginar uma determinada árvore ou me lembrar de uma – o que vejo então? Vejo recordações, vejo representações? [...] Tantos modos de ser quantas forem as árvores. Árvores vistas aqui agora, árvores recordadas, árvores representadas. A mesma árvore que uma vez contemplei alegre porque me dava sombra, da outra vez, se examinada para ver se sua madeira vale a pena economicamente, não será a mesma nessas duas percepções. O seu ser se modificou, e quando o examino de uma maneira chamada *objetiva*, puramente pragmática, essa também é apenas uma das muitas maneiras pelas quais se permite que a árvore *seja*. (SAFRANSKI, 2005, p. 108).

O que o autor sintetiza é a *multiplicidade* do ser, conceito derivado de Franz Brentano, umas das origens filosóficas nos estudos de Husserl e Heidegger. A intencionalidade confluída no ato de representar, recordar e relacionar surge em múltiplas formas, portanto, informa-se de múltiplas maneiras de acordo com o contato do Ser-no-mundo. Essa característica essencial da representação e do conhecer, tal qual o informar-se segue o sentido contrário à objetivação que as Ciências do Espírito historicamente fadaram encontrar e tomar a si como método original.

O que se questiona aqui são as conseqüências dessa objetivação contínua em prol de uma praticidade de trabalho, de recuperação, que também se formata objetivada. A partir dessa análise crítica, descobre-se um afastamento do ser, da origem da representação ela mesma, que se dá num processo dinâmico, vivo. Essa busca da logicidade tem uma origem histórica nas ciências e ainda perdura sobre outras denominações. O fato histórico, concebido a partir de revisitações à História das Ciências e a visão crítica contra a ideologia de escolas de pensamento como o positivismo, comprovam esse caminho epistemológico tomado pelas Ciências do Espírito. Objetivando os conceitos, assenta-se à condição histórica das ciências e do racionalismo pragmático.

3 A Crítica Epistemológica à Objetivação das Ciências.

Theodor Adorno, filósofo da Escola Crítica, tece o caminho histórico do positivismo nas Ciências do Espírito, ou Ciências Sociais. A Ciência da Informação pertence à categoria de Ciência Social Aplicada, como sabido. Desse modo, Adorno aponta a contradição do positivismo perante a busca da verdade científica,

O positivismo, para o qual contradições são anátemas, possui a sua mais profunda e inconsciente de si mesma (contradição), ao perseguir, intencionalmente, a mais extrema objetividade, purificada de todas as projeções subjetivas, contudo apenas enredando-se sempre mais na particularidade de uma razão instrumental simplesmente objetiva. (ADORNO, 1999, p. 114).

Os germes do positivismo subjetivo nascem em Hume, partindo para Mach e Schlick e desencadeando em Carnap como elo forte dessa linha de pensamento na sociologia alemã (ADORNO, 1999). O positivismo cristalizado como linha filosófica se deu em Comte mais como um projeto humanista universal do que epistemológico. Os métodos e linhas de prática estão nessas origens que Adorno critica. O critério da definição assimila-se a coisificação dos fenômenos sociais, sob análises numeráveis e esquemas lógicos de compreensão de processos não materiais, porém intimamente relacionados com a materialidade do mundo, tal qual o ato de informar-se. A postura crítica perante tais métodos é contrária aos critérios derivados do positivismo.

Ainda que usualmente se categorize a Ciência da Informação como uma Ciência Pós-moderna, ou seja, com outras características epistemológicas que diferem do positivismo da ciência moderna, a objetivação e a definição racionalista dos conceitos como Informação, Conhecimento e Usuário ainda percorrem o mesmo método positivista, pois revelam a contradição acima citada que Adorno indicou. Isso nos leva a pensar em ideologia, termo amplamente debatido pela Escola de Frankfurt, como incrustada nos véus da relação política dissimulada das ciências e no caminho epistemológico das mesmas.

Uma vez que toda teoria social está entrelaçada com a sociedade real, seguramente qualquer uma pode ser alvo de abuso ideológico ou manipulação; [...] o positivismo presta-se especialmente à manipulação ideológica em virtude de sua indeterminação de conteúdo, seu procedimento ordenador, e finalmente a preferência pela certeza em face da verdade. (ADORNO, 1999, p. 145).

Adorno mostra um ponto importante nessa relação política ao dizer da “preferência pela certeza em face da verdade”. O conceito de verdade aqui é o desvelar, não está sob a égide dos métodos científicos, esquemas prontos e na utilização de recursos geométricos para designar relações humanas e principalmente do ato informativo.

A compreensão incorreta do próprio pensamento de Shannon, que falava de Emissor/Receptor como dispositivo físico e, portanto num sentido estrito, como fora da relação de Ser, conforme o texto:

“... informação, nesta teoria, é usada em um sentido especial que não deve ser confundido com seu uso comum. Em particular, não deve ser confundida com significado. Na verdade, duas mensagens, uma das quais é intensamente carregada de significado e outra que é pura falta de sentido, podem ser exatamente equivalentes, segundo o ponto de vista desta teoria.” (SHANNON e WEAVER, 1962, p. 27).

Essa má interpretação por parte das Teorias da Informação e da Comunicação, hoje já considerada obsoleta e caída por terra, é um dos desvios hermenêuticos que a ciência peca, por uma condição de existência.

As interpretações múltiplas podem ocasionar confusões, que devem ser descobertas com o pensamento crítico, ou seja, achar as fendas e propor outro caminho epistemológico.

A questão hermenêutica da ciência é um debate antigo. Ao pensarmos no trabalho crítico de Adorno e Lukács vemos a herança histórica do positivismo e das Ciências Sociais. Essa herança se arrasta pela história e devem ser debatidos, perante as ideologias e divergências políticas, interesses e questões éticas.

Esse alarme soado pela Escola de Frankfurt ainda é nítido e necessário, não somente a Ciência da Informação, mas também a todas as ciências que se fundamentam na sociedade atual na sua teoria, ideais e prática.

Consequentemente, a construção do caminho epistemológico da Ciência da Informação deve ser pensada criticamente, lembrando-se do intento ideológico nas teorias que esta ciência abarca em sua história.

A situação, aqui melhor vista, como o sistema socioeconômico do capitalismo esclarece ainda mais essa questão política, não alheia às ciências.

Essa objetividade das ciências não é um problema individual dos cientistas, porém corresponde a um problema social, histórico.

A divisão do trabalho, a burocratização e a racionalização do sistema científico ainda perduram e são consideráveis na decisão dessa trajetória epistemológica. “No interior da sociedade coisificada nada tem chance de sobreviver que por sua vez não seja coisificado”. (ADORNO, 1999, p. 116).

A coisificação da sociedade ainda caminha apesar das diversas denominações ou categorias ideológicas impostas.

O sistema ainda gira nas engrenagens do progresso e na produção imediatas, sempre denominada por números e níveis.

O aspecto ontológico, a busca por uma nova visão epistemológica e do sistema científico se mostra urgente, portanto.

4 Considerações finais

A partir do conceito ontológico-fenomenológico atribuímos uma análise crítica levantando questões pertinentes não somente a uma especulação⁴ frente aos conceitos chave da Ciência da Informação, tal qual seu próprio objeto de estudo, mas também a um traçado histórico-epistemológico da objetivação das ciências humanas no contexto do positivismo, mesmo que dissimulado em termos pós-modernos.

A importância de se abordar esse assunto refere-se primeiramente no levantamento de questões que interpelam a epistemologia da Ciência da Informação, como seus conceitos primordiais de trabalho.

A intencionalidade e a representação formam conceitos diferentes, porém essencialmente relacionados, sendo impossível inferir no aspecto ontológico sem se considerar tal fato.

A consequência dessa discussão revela a posição política do debate que não pode ser negligenciado.

O *Ethos* de uma ciência afirma sua relação com a sociedade, ainda mais quando esta em questão estuda as manifestações e condições sociais.

O pensar epistemológico é antes uma questão na Ciência da Informação e abre-se um longo caminho no pensar filosófico, trazendo grandes contribuições à crítica.

Como se diz fenomenologicamente é no caminhar que se constrói o caminho e assim se desvela para nós em sua multiplicidade e contradições.

⁴ Especulação aqui é um conceito filosófico que aparece em Hegel, corresponde a sua origem etimológica de *especulum*, ou seja, o espelho que se faz na *re-flexão*, como exercício crítico do pensamento.

5 Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Sobre sujeito e objeto. In: _____. *Palavras e sinais: modelos críticos*. Tradução Maria Helena Ruschel. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 62-75.

_____. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores.)

ASHTOFFEN, Robson. *A Informação e o Ser: uma visão ontológica-fenomenológica para a Ciência da Informação*. 2011, 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)-Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. *Journal of Documentation*, 34(10):55-85, 1978.

BORKO, H. Information Science: What is it? *American Documentation*, 3 (19): 3-5, 1968.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963. 8 v.

BRAVO, Blanca Rodríguez. *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2002.

CAPURRO, R. *What is Information Science for? A philosophical reflection*. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of Library and Information Science*, London: Taylor Graham, 1992.

HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Ser e Tempo**. 4. ed. Tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Sobre a Questão do Pensamento*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

INGWERSEN, P. *Information Retrieval Interaction*. London: Taylor Grahara Pub, 1992.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

LÉVINAS, Emmanuel. *Descobrindo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1998.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger, um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*, Urbana Illinois: The University of Illinois Press, 1962.

SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998.